

LGBT's debatem direitos, violência e o impacto das eleições

(O Estado de S. Paulo, 31/10/2014) Exibição e discussão de filme sobre violência contra gays e congresso no Largo São Francisco marcam retomada do debate pós-eleição sobre direitos LGBTs

Poucas vezes a questão dos direitos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transsexuais - os chamados LGBTs - esteve tão em evidência no debate político quanto nas eleições deste ano. Do recuo da candidata Marina Silva (PSDB), que lançou um programa que atendia às principais reivindicações desses grupos e, em menos de 24 horas, voltou atrás; às declarações de Dilma Rousseff (PT), nos instantes finais da campanha, comprometendo-se a defender a criminalização da homofobia, a questão ficou em evidência de julho a outubro.

Agora, passado o fragor eleitoral, os movimentos de defesa dos direitos LGBTs começam a se mobilizar para avaliar o impacto das eleições e redefinir estratégias para o segundo mandato de Dilma. Já se sabe que esses movimentos vão pressioná-la para que cumpra sua promessa de campanha.

Um exemplo desse novo quadro é o debate marcado para terça-feira, dia 4, na sede do Sindicato dos Advogados de São Paulo (Sasp). Organizado pela Comissão da Diversidade Sexual, o encontro vai focalizar as questões da violência homofóbica e da sua criminalização.

O debate será precedido pela exibição do filme ***Laio - Ninguém Se Acha Homofóbico*** - curta-metragem vencedor do júri popular do Festival Mix Brasil de 2013 (veja o trailer logo abaixo). O diretor, Daniel Grispum, estará presente e participará do debate, ao final da apresentação.

Outro evento previsto para os próximos dias é organizado pelo Centro Acadêmico 11 de Agosto, da Faculdade de Direito de Universidade de São

Paulo (USP). Trata-se do Congresso Direito e Lutas do Movimento LGBT, entre os dias 10 e 13 de novembro.

Estão previstas mesas-redondas sobre temas que variam da criminalização da homofobia às relações entre a esquerda e o movimento gay. Na lista de convidados aparecem os nomes de Marisa Fernandes, mestre em história social e integrante do Coletivo de Feministas Lésbicas; o juiz federal Roger Raupp Rios, que participará de uma mesa sobre Tensão entre Reconhecimento e Normalização; e a socióloga Regina Facchini, pesquisadora do Núcleo de Estudos de Gênero Pagu.

O evento é organizado pelo Centro Acadêmico 11 de Agosto.

VIOLÊNCIA

O roteiro do curta-metragem ***Laio*** foi escrito a partir do episódio, ocorrido em São Paulo, na Avenida, quando um jovem gay foi agredido com uma lâmpada fluorescente. Segundo o material distribuído pela produção, trata-se de um filme “sobre como um adolescente comum pode se tornar um agressor brutal num momento de explosão”. Aborda “o comportamento em grupo e as pequenas demonstrações de violência cotidianas que potencializam o preconceito e resultam em violência”.

A exibição, no dia 4, começa às 19h30. O Sindicato dos Advogados de São Paulo fica na Rua da Abolição, 167, bairro Bela Vista, na região central.

Vanessa Grazziotin defende propostas que garantem

participação da mulher na política

(Senado Notícias, 30/10/2014) A senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) disse que a campanha da Justiça Eleitoral incentivando a participação feminina na política ajudou a aumentar em 46,5% o número de candidatas nas eleições deste ano: foram quase 7.500 contra as 5.056 nas eleições de 2010, frisou a senadora.

Vanessa Grazziotin só lamentou que o número de eleitas não tenha acompanhado o aumento de candidaturas. Ela disse que em todo o país foram eleitas apenas 105 deputadas estaduais. Já o número de deputadas federais vai passar de 45 para 51, um aumento de quase 10%. A senadora disse ainda que apenas uma mulher elegeu-se governadora: Suely Campos, em Roraima.

Para Vanessa Grazziotin, não se pode falar em representação política justa enquanto as brasileiras estiverem pouco representadas no Parlamento. Ela acredita que isso pode mudar com a reforma política e a aprovação da proposta que garante a eleição de uma mulher em cada estado quando houver votação para a escolha de dois novos senadores.

- É o projeto que reserva um terço das vagas desta Casa para serem ocupadas por mulheres. Tem gente que ri, mas isso acontece em muitos países do mundo. Alguns adotam a lista fechada, com alternância de gênero, outros adotam a reserva de vagas no parlamento. Mas todos, muito mais do que o Brasil, se preocupam em inserir a mulher na política - afirmou a senadora.

Vanessa Grazziotin ainda lamentou que o Brasil tenha perdido posições no ranking mundial da igualdade de gênero. Em pesquisa feita em 142 nações e divulgada pelo Fórum Econômico Social, o Brasil ficou na posição de número 71. No levantamento anterior, o país aparecia no sexagésimo segundo lugar.

Acesse no site de origem: [Vanessa Grazziotin defende propostas que garantem participação da mulher na política \(Senado Notícias, 30/10/2014\)](#)

Direitos civis: um debate abandonado, por Flávia Oliveira

(O Globo, 29/10/2014) Sobraram agressões, ironia e, vá lá, receituários econômico e social no segundo turno da campanha presidencial. Pelo caminho, ficou a agenda dos direitos civis. Tanto Dilma Rousseff, agora reeleita, quanto Aécio Neves preferiram, na reta final, se afastar do vespeiro das discussões sobre aborto, casamento gay, criminalização da homofobia, legalização das drogas, intolerância religiosa. Presentes no primeiro turno, em grande parte pelo esforço de candidatos nanicos — Luciana Genro e Eduardo Jorge, do lado progressista, Pastor Everaldo e Levi Fidelix, no polo conservador —, os assuntos desapareceram de debates, horário eleitoral e entrevistas no pós-5 de outubro.

A omissão foi conveniente tanto à petista quanto ao tucano. Afinal, grupos habituados a misturar religião e valores morais com política compunham o leque de alianças dos dois candidatos. Foi para não contrariar bancadas e líderes católicos e evangélicos que Dilma e Aécio se alinharam numa espécie de pacto informal de silêncio em torno de antigos tabus eleitorais. Nos quatro duelos em redes de televisão, não houve sequer uma referência a direitos civis. Foi um retrocesso em relação ao primeiro turno, quando o confronto de ideias sobre o tema rendeu alguns dos melhores momentos da campanha. Para o bem e para o mal.

Dilma e Aécio se livraram do desconforto por algum tempo, mas não conseguirão fugir da agenda para sempre. A sociedade civil registrou os compromissos firmados por cada um na primeira etapa da corrida presidencial. E vai cobrar. Ninguém esqueceu que a presidente reeleita e o senador da República prometeram empenho na aprovação do Projeto de Lei 122/2006. É o texto que criminaliza a homofobia e, há anos, enfrenta resistência no Congresso Nacional.

O governo Dilma também será chamado a se posicionar sobre aborto. Ainda durante a campanha, defensoras dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres elaboraram petição on-line cobrando de parlamentares e dos ministros da Saúde e da Justiça a revisão da legislação brasileira. Hoje, a interrupção da gravidez no país só é permitida nos casos de estupro, risco à vida da gestante e feto anencéfalo. Mesmo assim, uma portaria da Saúde regulamentando e fixando valores para os procedimentos no SUS foi engavetada por pressão da bancada religiosa.

Outra polêmica à espreita é a redução da maioridade penal, de 18 para 16 anos. O autor da proposta de emenda constitucional (PEC 33/2012) foi o senador Aloysio Nunes, candidato a vice na chapa tucana. Aécio Neves defendeu; Dilma e a então candidata Marina Silva (PSB) condenaram. Entidades do movimento social, entre elas a Anistia Internacional, têm se manifestado contra a medida, mais uma de viés punitivo, num país que assiste passivamente ao extermínio em massa de jovens rapazes, principalmente negros. Há cerca de 30 mil homicídios por ano e quase nenhuma iniciativa eficiente de preservação de vidas e ressocialização de menores infratores.

A agenda dos direitos civis exigirá particular atenção diante do Congresso fortemente conservador, que emergiu das urnas neste 2014. O Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap) identificou crescimento nas bancadas policial (55 deputados e senadores), religiosa (52) e ruralista (257). Candidatos (e eleitos) comprometidos com avanços nos direitos civis não poderão fugir da luta.

Acesse o PDF: [Debate abandonado, por Flávia Oliveira \(O Globo, 29/10/2014\)](#)

Feministas manifestam expectativas com reeleição de Dilma Rousseff

(Agência Patrícia Galvão, 28/10/2014) Quando às 20h30 deste domingo (26) foi anunciada oficialmente a conquista de um segundo mandato pela presidenta Dilma Rousseff, ficou evidente que o próximo quadriênio trará desafios de grandes proporções. Ao mesmo tempo, também restou pacificado que 2014 foi o ano de um processo eleitoral histórico. A disputa presidencial, que contou pela primeira vez com três mulheres no 1º turno (que juntas receberam mais de 64% dos votos), foi também a mais acirrada da era da redemocratização e terminou com a inédita reeleição de uma mulher.

A Agência Patrícia Galvão conversou com feministas sobre o significado dos resultados nestas Eleições de 2014 e as tarefas que a realidade brasileira coloca para Dilma Vana Rousseff.

Significado histórico

Para a antropóloga Débora Diniz, “a reeleição da presidenta Dilma deve ser considerada um marco histórico no Brasil e na América Latina, porque representa a afirmação das mulheres no poder”.

É o que também pensa a socióloga Fátima Pacheco Jordão, que pontua que “a eleição de uma mulher no contexto da cultura política brasileira já foi uma conquista enorme. A reeleição duplica essa vitória. Até porque, no primeiro mandato, Dilma foi eleita em um contexto muito mais favorável ao PT em termos de prestígio, avaliação de governo e crescimento do PIB”.

Também para a diretora executiva do Instituto Patrícia Galvão, Jacira Melo, “a conquista da reeleição pela presidenta Dilma é um acontecimento ímpar no Brasil. Mesmo sob o olhar crítico e pesado da imprensa nacional e internacional durante quatro longos anos, a presidenta manteve um bom índice de avaliação de governo em todo o período. Acredito que a imagem de ‘durona’ e ‘pouco flexível’, construída principalmente através da imprensa,

contribuiu para uma percepção positiva do seu governo e da sua *persona* política”. Na avaliação de Jacira, a reeleição da primeira presidenta mulher do País já é história, “e aqui é preciso apontar o papel determinante do voto das mulheres, dos negros e dos jovens nestas eleições, como já apontavam as pesquisas eleitorais”.

Fátima destaca as políticas para as mulheres entre as questões que devem ganhar peso no segundo governo Dilma. “Ela mostrou força no primeiro mandato e obteve uma recompensa: pela primeira vez na história uma candidatura majoritária do PT recebeu mais votos de mulheres do que de homens. Isso é um sinal muito forte do quanto ela deve atentar à efetivação de políticas, à propagação de ideias em defesa de maior igualdade de gênero e ao fortalecimento desses instrumentos”, aponta.

Para a educadora Carmen Silva, coordenadora da organização SOS Corpo e da Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), “a reeleição da primeira mulher à Presidência dá indicativos para a sociedade de que não está fora das possibilidades no nosso País a ocupação de lugares de poder pelas mulheres. Sendo uma mulher que representa um campo de esquerda, isso ganha um reforço muito importante porque reafirma que, na defesa dos direitos sociais, é possível ter mulheres com uma força tão grande capazes de atingir o mais alto cargo do País”.

Um avanço civilizatório

Clair Castilhos, coordenadora da Rede Feminista de Saúde, considera que a reeleição de Dilma Rousseff traz uma mensagem “civilizatória”. “Do ponto de vista de o País passar a conviver com naturalidade com a ideia de que o poder pode ser exercido por homens e mulheres com o mesmo grau de competência, que as mulheres podem ter uma participação mais igualitária nesse campo tão importante que é a política, que até então era vedado a nós e que ainda nos é muito restrito”.

Coordenadora do projeto Promotoras Legais Populares, a pesquisadora Maria Amélia Teles destaca a história de “luta contra a opressão, discriminação, em defesa dos direitos humanos e da democracia” que marca a trajetória de Dilma como atestado da importância da reeleição da primeira brasileira ao

governo central. “O fato de a sociedade brasileira ter escolhido Dilma novamente mostra que existe uma parcela expressiva que é contra a opressão às mulheres e às populações negra, LGBT e indígena. Foi a vitória da luta contra o preconceito, a discriminação, a violência de gênero. Uma vitória muito expressiva para a consolidação da democracia”.

Expectativas de mudança e de muito mais avanços

Jurema Werneck, médica e coordenadora da organização feminista negra Criola e da Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB), analisa que o segundo mandato de Dilma tem um aspecto de conquista, mas também de mais exigências sociais. “Ela não ganhou só pelos próprios méritos, mas também pelas qualidades negativas do oponente. Além disso, quem votou nela e quem não votou querem mais, querem mudança e dignidade. A responsabilidade dela é essa. Meu voto em Dilma foi um voto de recusa ao outro candidato, mas também um voto que exige dela que cumpra a trajetória em que o movimento social vem apostando já há 20 anos: o verdadeiro antirracismo, o verdadeiro anti-sexismo, uma verdadeira luta pelos direitos LGBT. É preciso romper com tudo o que tem de ruim na política, na aliança de governabilidade que a trouxe até aqui, e romper de verdade”. Para Jurema é preciso também mais proatividade em relação aos direitos das mulheres negras. “Ela ficou devendo muito e essa é uma segunda chance que damos para ela acertar e acertar mais”.

Coordenadora da Marcha Mundial de Mulheres, a psicóloga Nalu Faria avalia que “prevaleceu a ideia de continuidade do projeto que a Dilma representa, mas com uma variante, que é justamente a necessidade de aprofundar algumas mudanças”.

A expectativa de Jacira Melo é de que a presidenta Dilma Rouseff “assuma integralmente o desafio de aprofundar e ampliar políticas de justiça social que possibilitem avançar no enfrentamento do preconceito, discriminação e marginalização das mulheres, negros, indígenas, lésbicas, gays e trans.” Na opinião de Jacira, “essas políticas devem estar articuladas a programas de desenvolvimento econômico, sociocultural e socioambiental do País, isto é, a partir de uma concepção contemporânea de igualdade e justiça social. E, nesse sentido, minha expectativa é que seu governo assuma uma posição

inequívoca na defesa de avanços no campo dos direitos sexuais e reprodutivos e para garantir o direito de toda mulher viver sem violência, expandindo políticas e reforçando dotação orçamentária para assegurar o acesso à justiça social para todos os segmentos da sociedade”.

Principais desafios

Entre os desafios apontados pelas especialistas no campo dos direitos das mulheres ganham destaque a garantia dos direitos sexuais e reprodutivos e a aliança com a sociedade para fortalecer o debate sobre a reforma política. Entre as ações do governo nessa área, a política de enfrentamento à violência contra a mulher é avaliada como um avanço que precisa ser consolidado.

Débora Diniz destaca como expectativa “que a presidenta Dilma, no segundo mandato, consolide o seu compromisso com os direitos das mulheres e avance em questões que no primeiro mandato foram tímidas, como as relacionadas aos direitos reprodutivos e em particular ao aborto, e também em um dos seus principais compromissos de campanha, que são as Casas da Mulher Brasileira, um programa que toca diretamente nas questões relacionadas à violência”.

Fátima Pacheco Jordão destaca que o discurso de vitória de Dilma foi “muito realista”, evidenciando a necessidade de aumentar o diálogo com a sociedade. Para a socióloga, a votação majoritariamente feminina recebida por Dilma coloca também a necessidade de “repensar a Secretaria de Políticas para as Mulheres, dando a ela uma perspectiva muito mais dinâmica, mais forte e mais relacionada a todos os ministérios e maior capacidade de produzir informação e educação para a sociedade para influir, sobretudo, no duplo eixo central da comunicação e da cultura”.

“Nesse aspecto, devem ter destaque o debate sobre a imagem da mulher, a qualificação das vantagens da igualdade de gênero, a efetivação de garantias dessa igualdade, além da promoção de políticas. Não faz sentido, por exemplo, o Brasil reeleger uma mulher e manter os bloqueios à participação das mulheres no poder. A segunda questão fica no plano da Pedagogia, de políticas que difundam valores de igualdade de gênero”, opina Fátima.

Para fazer avançar a efetivação dos direitos das mulheres e a igualdade de gênero, a representante da AMB, Carmen Silva, elenca, entre os desafios postos para o segundo governo Dilma, além da reforma política como “elemento central”, a legalização do aborto, a garantia de autonomia econômica com proteção social aos direitos das mulheres, a efetivação de políticas “que permitam às mulheres combater a dupla jornada”, a ampliação das políticas de combate à violência contra a mulher – que “embora tenham avançado nos governos Lula e Dilma, ainda são insuficientes para de fato erradicar essa chaga”.

Carmen também destacou a necessidade de mudança no modelo de desenvolvimento que vem sendo promovido pelos governos petistas. “Frente à crise mundial que vivemos há o desafio enorme de sair da centralidade que tem sido dada ao crescimento econômico e se pensar também na perspectiva da justiça socioambiental. Este é um desafio que tem a ver com a política econômica em geral, mas também diz respeito às mulheres”.

O desafio de manter a governabilidade sem tantas concessões

Na opinião de Clair Castilhos, “tanto a presidenta como seu partido, o PT, para além da base aliada, precisam fazer uma profunda reflexão e autocrítica, com isenção, para começar a avaliar em que pontos deixaram de cumprir seu papel e seu compromisso real com o povo”. E aponta a questão ideológica como elemento central de avaliação. “O Partido dos Trabalhadores tem feito tantas concessões aos partidos da direita, pastores, padres, fundamentalistas e outros, para se manter no poder e garantir o que chamam de governabilidade, que fica difícil distinguir quem é desse ou daquele campo político”.

Essa realidade é que, na opinião da especialista, afastou o debate eleitoral da política e das propostas de cada um dos candidatos e o restringiu ao debate sobre a corrupção. “O que é muito pouco quando se pensa na construção de um projeto político popular, abrangente, inclusivo e avançado, que permita construir um país capaz de estar no terceiro milênio com todas as suas potencialidades desenvolvidas”. Clair ressalta tais pontos para concluir que, “do ponto de vista das mulheres, essas concessões foram desastrosas. Por exemplo, foram eleitos ou reeleitos 70 pastores. Isso significa que vão

transformar o Congresso Nacional em um tribunal da Inquisição. E sobre as propostas para as mulheres, embora mais consolidadas no programa da presidenta Dilma, como a Lei Maria da Penha e as Casas da Mulher Brasileira, ainda estão sendo ameaçadas ou ignoradas questões como os direitos sexuais e reprodutivos”.

Amelinha avalia que “Dilma precisa investir mais nos programas de enfrentamento à violência de gênero, que contribui de forma enfática para que se mantenha a desigualdade entre homens e mulheres. É uma situação gritante. Esta precisa ser a principal bandeira, retomar toda a programação que foi feita para o governo anterior com bastante responsabilidade”. Para Amelinha também é necessário enfrentar a desigualdade no mercado de trabalho “e garantir medidas que promovam as mulheres de forma mais igualitária, para que não se possa justificar um salário menor que o pago aos homens”.

“Também temos a questão da creche para a família trabalhadora, para homens e mulheres, a creche como um direito da criança à educação. Isso é urgente. As creches precisam ser administradas por meio de políticas públicas que garantam uma educação laica, igualitária e que respeite todas as nossas diferenças. Ao receber esses valores logo ao nascer, a criança pequena pode dar mais esperanças de termos uma sociedade menos homofóbica, lesbofóbica e racista”, aponta Amelinha.

Reforma política e direitos das mulheres

Em relação à reforma política, destacada por Dilma em seu primeiro discurso após a confirmação da vitória, Débora Diniz avalia que, sendo o financiamento de campanha o principal tema desse debate, essa proposta tem importância direta em relação aos direitos das mulheres porque permite que “os partidos e candidatos possam ficar mais livres e independentes para a defesa de suas teses, e não tão dependentes dos financiadores de campanha”.

Já Fátima Jordão ressalta que essa é uma tarefa em relação à qual as organizações da sociedade civil e em particular de mulheres também têm papel fundamental. “O movimento feminista precisa entender que sua

especificidade tem uma ressonância maior e ele tem que incidir sobre a questão da reforma política e da melhoria qualitativa e quantitativa de nossa representação, o acesso ao processo de representação, a disciplina dos partidos e a configuração do financiamento das campanhas. Dilma fez um gesto mais substantivo do que na primeira eleição, quando afirmou que governaria para as mulheres. Agora, apesar de não falar de políticas específicas, ela colocou nas mãos da sociedade, especialmente da parcela feminina, um instrumento poderoso para a questão de gênero, que é a reforma política”, avalia.

Para Nalu Faria, além da reforma política, o segundo governo Dilma terá a “necessidade de enfrentar o oligopólio dos meios de comunicação e promover uma democratização real desses meios”.

Jurema Werneck destaca ainda que “precisamos descobrir o caminho de uma aliança entre o governo federal e a sociedade que quer mudança, porque o Congresso não vai estar ao lado dela”.

No que diz respeito à reforma política, Carmen Silva destaca que o pronunciamento da presidente, logo após a proclamação dos resultados “é resultado de 10 anos de luta nos quais o movimento feminista, e particularmente a AMB, mas também vários movimentos sociais estiveram envolvidos”. Ela explica ainda que “a presidenta Dilma, que recebeu o resultado do plebiscito e as assinaturas à [proposta de reforma política da Coalisão Democrática](#), reagiu se dando conta de que essa é uma necessidade muito grande”.

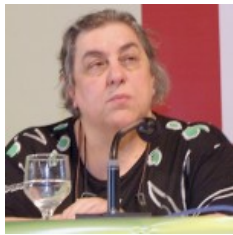
Contatos



Amelinha Teles - coordenadora do projeto Promotoras
Legais Populares da União de Mulheres de São Paulo
amelinhateles@globo.com
(11) 3283.4040



Carmen Silva - coordenadora da organização SOS Corpo e da Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB)
amb@articulacaodemulheres.org.br
(81) 3087.2086



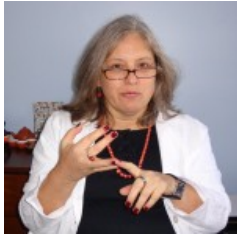
Clair Castilhos - coordenadora da Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos
clair.castilhos@gmail.com
(48) 3233.2516 / 3269.2460



Débora Diniz - antropóloga e professora da UnB
anis@anis.org.br; d.diniz@anis.org.br
(61) 3343.1731



Fátima Pacheco Jordão - socióloga especialista em pesquisas de opinião
fpjordao@uol.com.br
(11) 96063.5445 / 3824.0695



Jacira Melo - diretora executiva do Instituto Patrícia Galvão
jaciramelo@uol.com.br
(11)3262-2452



Jurema Werneck - coordenadora da organização feminista negra Criola
juremawerneck@criola.org.br
(21) 2518.7964/ 2518.6194



Nalu Faria - coordenadora da Marcha Mundial de Mulheres
nalu@sof.org.br
(11)3819.3876

Atualizada em 29/10/2014 às 16h21.

A reeleição de Dilma não acabou

com o machismo no Brasil, por Jarid Arraes

(Fórum, 28/10/2014) Agora que a presidenta Dilma Rousseff (PT) foi reeleita, graças aos esforços da militância e dos movimentos sociais – entre eles os feministas, parece que tem gente cantando vitória contra o machismo. Lamento furar a bolha, mas uma das maiores lições desta última eleição é justamente o resultado machista da pouca atenção que a política dá às questões de gênero.

A campanha contra Dilma não contou somente com argumentos de quem concorda com a visão de mundo do PSDB ou com os gritos de quem relaciona somente o PT à corrupção, a oposição veio fortemente armada de milhares de paradigmas misóginos, montagens e palavras pornográficas e posturas que evidenciaram o nível alarmante de misoginia no Brasil. E não poderia ser diferente, já que a participação feminina na política sempre deflagra o machismo que muitas pessoas tentam disfarçar.

Apesar de Dilma ter contado com forte mobilização dos movimentos de mulheres e embora o próprio PT tenha adotado a estratégia feminista, criada pelas ativistas feministas, de voltar os holofotes para o machismo de Aécio Neves (PSDB) na sua forma de tratar a presidenta Dilma, isso não quer dizer que já podemos comemorar e esperar grandes mudanças na nossa sociedade. É verdade que comentaristas e analistas políticos abordaram a pauta de gênero, mas até que ponto isso só foi feito para conquistar mais votos? Até porque esses mesmos colunistas e jornalistas raramente são vistos falando sobre questões de gênero.

É verdade que saímos no lucro: muita gente enxergou uma face do machismo que dificilmente é vista por quem não se dispõe a analisar mais profundamente os padrões de gênero em nossa sociedade, por isso as pessoas perceberam que o tom de voz, o modo de olhar, o dedo em riste e o uso de certos termos também formam uma postura machista que tem como objetivo a desvalorização da outra pessoa, a mulher, pela via do gênero. Além disso, mais gente se aproximou das pautas feministas e a estratégia adotada

pela campanha de Dilma foi um reconhecimento também da perspicácia dos movimentos feministas brasileiros. Isso tudo gera resultados que devemos colher pelos próximos anos, enquanto enfrentamos graves tentativas de retrocesso.

Nossa reflexão, no entanto, precisa passar por uma profunda crítica aos portais e mídias de esquerda, que devem se comprometer com as demandas feministas. O ano de 2014 serviu como sinal de fumaça que indica o fogo de uma cultura machista, ardendo a pleno vapor. Os valores de nossa sociedade estão distorcidos, baseados no desprezo pelo feminino e na redução da mulher às funções biológicas. Dilma sentiu isso na pele, antes mesmo de chegar a idade adulta, enquanto era torturada nos porões da Ditadura Militar, e hoje, décadas depois, mesmo sendo presidenta do Brasil. Já que não dá para negar a existência do machismo, essa é a hora de comprovar quem efetivamente se levantará para combatê-lo.

Jarid Arraes

Acesse no site de origem: [A reeleição de Dilma não acabou com o machismo no Brasil \(Fórum, 28/10/2014\)](#)

Comentários preconceituosos contra nordestinos na web podem ser punidos, diz ONG

(Agência Brasil, 27/10/2014) Assim que o resultado das eleições presidenciais foi divulgado, às 20h de ontem (26), os comentários sobre a participação dos votos do Nordeste na vitória da candidata do PT, Dilma Rousseff, começaram a surgir nas redes sociais. Segundo o diretor-presidente da organização não governamental (ONG) SaferNet Brasil, Thiago Tavares, as páginas na internet e nas redes sociais que têm violações aos

direitos humanos serão investigadas e seus autores poderão ser punidos. Tavares explica que, assim como quem cria, quem compartilha um conteúdo de ódio e preconceito também pode ser responsabilizado criminalmente.

Leia mais: [OAB repudia ofensas a nordestinos nas redes sociais e estimula denúncia \(Folha de S. Paulo, 27/10/2014\)](#)

Tavares, que é professor de direito da informática da Universidade Católica de Salvador, disse hoje (25) que, desde ontem, a ONG recebeu 421 denúncias referentes a 305 novas páginas nas redes sociais, especialmente no Twitter e no Facebook, com o objetivo de promover o ódio e a discriminação contra a população de origem nordestina. “Lamentavelmente, tudo indica que hoje essas manifestações devem continuar crescendo e ao longo desta semana também”, disse o professor.

As denúncias feitas após a divulgação do resultado do segundo turno são 342,03% maiores em relação às recebidas no dia 5 de outubro, do primeiro turno das eleições. E, segundo Tavares, 662,5% maiores em relação às no dia 26 de outubro de 2013, fora do contexto eleitoral. Tavares diz que as pessoas precisam valorizar a diversidade e respeitar os direitos humanos. “Mas, diante de uma campanha tão polarizada e tão radicalizada, é difícil muitas vezes conter o ímpeto de alguns usuários que resolvem descarregar nas redes sociais as suas frustrações e todo seu preconceito em relação à população nordestina”, disse.

Andreia Verdélio

Acesse no site de origem: [Comentários preconceituosos contra nordestinos na web podem ser punidos, diz ONG \(Agência Brasil, 27/10/2014\)](#)

Dilma continuará governo com poucas mulheres na política

(Exame, 27/10/2014) Embora os brasileiros tenham decidido que Dilma Rousseff continuará a governar o Brasil por mais quatro anos, a presença das mulheres na política ainda é pequena em um país em que elas representam 52% do eleitorado.

No poder desde 1º de janeiro de 2011, Dilma (PT) venceu no domingo o segundo turno das eleições presidenciais com 51,64% dos votos frente a 48,36% de Aécio Neves (PSDB).

Ao todo, 11 candidatos concorreram à presidência da República, entre eles apenas três mulheres.

Junto com a presidente concorreram Marina Silva (PSB), que chegou a liderar as pesquisas de intenção de voto para o primeiro turno, mas terminou em terceiro lugar, com 21,2%; e Luciana Genro (PSOL), que obteve 1,55% dos votos.

A esperada decisão entre Dilma e Marina prevista pelas pesquisas não se concretizou e, com isso, o Chile segue como o único país latino-americano em que duas mulheres se enfrentaram em um segundo turno.

Em 2013, a governante Michelle Bachelet foi eleita na disputa com Evelyn Matthei.

No Brasil, apesar de Dilma Rousseff ter sido a primeira presidente na história republicana do país e seguir no poder até 1º de janeiro de 2019, não houve nenhuma revolução em termos de igualdade de sexos na política.

Nas eleições gerais deste ano, apenas 30,9% dos 24.900 candidatos inscritos eram mulheres. A taxa foi alcançada com o auxílio da legislação eleitoral, já que uma lei, em vigor desde 1997 e editada posteriormente, obriga os partidos a preencherem 30% das candidaturas a cargos públicos para cada sexo.

No entanto, por mais que existam as cotas, uma coisa são candidaturas e outra os cargos que realmente chegam a ser ocupados pelas mulheres. A Câmara dos Deputados foi renovada e no dia 5 de outubro e, das 513 cadeiras em disputa, apenas 51 foram ocupadas por mulheres.

No Senado não foi tão diferente, a nova composição contará com 11 mulheres e 70 homens. O mesmo ocorre entre os governadores. Entre os 171 candidatos, apenas 17 mulheres concorreram e só Suely Campos (PP), eleita governadora de Roraima com 54,85% dos votos, não foi derrotada no primeiro turno.

Com os resultados, o novo cenário será pior que o atual, com apenas duas governadoras: Roseana Sarney (PMDB), no Maranhão, quem não pôde se candidatar porque já tinha sido reeleita em 2010, e Rosalba Ciarlini (DEM), no Rio Grande do Norte.

No caso de Rosalba, o próprio partido decidiu que não se candidatasse à reeleição devido aos altos índices de rejeição, após uma gestão de quatro anos aprovada por apenas 7% dos cidadãos.

O panorama regional devolve ao Brasil o cenário de 1998, a última vez em que só uma mulher foi escolhida governadora, o que também ocorreu em 1994. Em 2010, duas mulheres foram escolhidas para a função, três em 2006 e outras duas em 2002.

Esse quadro de minoria feminina na política também se repete no âmbito municipal. Em 2012, 657 prefeitas foram eleitas, apenas 11,8% do total.

Nos altos cargos que são designados pelos líderes acontece o mesmo, inclusive no governo de Dilma, a primeira presidente de um país que até 2011 só tinha sido governado por 39 homens.

Quando assumiu a presidência, Dilma se comprometeu a promover uma maior participação feminina nas grandes decisões, mas chegará ao fim de seu primeiro mandato com somente sete mulheres entre os 39 ministros.

Eduardo Davis

Acesse no site de origem: [Dilma continuará governo com poucas mulheres na política \(Exame, 27/10/2014\)](#)

“Fizemos muito, faremos muito mais”, diz Dilma Rousseff

(Folha de S. Paulo, 26/10/2014) *Mudamos o país para que ele possa mudar muito mais. O Brasil, com a ascensão do seu povo, ascende também. Essa é a grande e verdadeira mudança. Agora temos rumo*

Quando Lula foi eleito presidente, em 2002, o Brasil estava com uma inflação de 12,5%, tinha taxa de desemprego de 11,7%, reservas de apenas US\$ 37 bilhões, dos quais US\$ 20 bilhões de um empréstimo do Fundo Monetário Internacional. Ninguém pode negar que o país estava mal, muito mal. Passados 12 anos, ninguém pode negar também que o país melhorou de forma substancial e profunda.

Transformamos o social no eixo estratégico do desenvolvimento, com resultados extraordinários. Realizamos o mais profundo processo de inclusão social de nossa história. Com programas inovadores de transferência de renda como o Bolsa Família, com o aumento do salário mínimo em 71% e a geração de mais 21 milhões de empregos, praticamente erradicamos a pobreza extrema e elevamos 42 milhões à condição de classe média.

Esse processo de ascensão social constituiu um amplo mercado interno de massas, estimulando os investimentos e a retomada do crescimento. Diante da crise, ao contrário do que acontecia no passado, mantivemos o emprego e a renda. Hoje, enquanto boa parte do mundo desemprega e reduz salários e direitos, o Brasil tem a menor taxa de desemprego da sua história (4,9%) e continua a avançar na redução da pobreza e das desigualdades.

O resultado desse compromisso social é que o Brasil saiu do Mapa da Fome

da FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação), cumpriu antecipadamente a maior parte do Objetivos do Milênio da ONU e é considerado hoje um exemplo no combate à pobreza e às desigualdades.

Tudo isso foi acompanhado de um importante equilíbrio macroeconômico. Em meu governo, a inflação se manteve dentro do regime de metas. Governamos com responsabilidade fiscal, a dívida pública líquida caiu de 60% do PIB em 2002 para o patamar de 35%. Nossas reservas cambiais estão em torno de US\$ 376 bilhões. Eliminamos a histórica vulnerabilidade das contas externas, reduzimos os juros e nos livramos da tutela do FMI. Este é um país muito mais forte, soberano e sólido do que no passado.

Também retomamos os imprescindíveis investimentos em infraestrutura que haviam sido abandonados. Com as obras do PAC, as exitosas concessões de aeroportos, rodovias e ferrovias, o forte apoio dos bancos públicos aos investimentos produtivos e o estabelecimento de novas parcerias público-privadas, semeamos o Brasil de obras vitais para seu futuro.

Mas a grande prioridade estratégica do meu governo é e será a educação. Ela é fundamental para assegurar a competitividade do país e a continuidade dos processos de distribuição da renda. Por isso, triplicamos o orçamento dessa pasta e aprovamos a destinação dos royalties e de parcela do fundo social do pré-sal para a educação. Transformaremos uma riqueza finita, o petróleo, numa riqueza permanente, a educação do nosso povo.

Implantamos um programa inédito de creches, investimos na formação dos professores alfabetizadores, multiplicamos as escolas em tempo integral e implementamos o maior programa de ensino técnico da nossa história: o Pronatec. Expandimos fortemente as escolas técnicas e as universidades federais. Duplicamos as matrículas no ensino superior e abrimos as portas das universidades para os mais precisavam, com o Prouni, o Reuni, as cotas, o Fies e o programa Ciência Sem Fronteiras. Este é um país que tem muito mais futuro.

Tudo isso é somente o começo. Vou avançar ainda mais o combate à corrupção com o fortalecimento das instituições de controle e avanços na legislação para acabar com a impunidade. Vou dar absoluta prioridade à

reforma política. Criamos as condições para que o Brasil inicie um novo ciclo de desenvolvimento.

Mudamos o país para que ele possa mudar muito mais. O Brasil, com a ascensão do seu povo, ascende também. Essa é a grande e verdadeira mudança. Agora temos rumo. O Brasil colocou o povo no centro das suas políticas e achou um caminho correto e sólido para percorrer.

DILMA ROUSSEFF, 66, presidente da República, é candidata à reeleição pelo PT

Acesse o PDF: ["Fizemos muito, faremos muito mais", diz Dilma Rousseff \(Folha de S. Paulo, 26/10/2014\)](#)

Reeleita, Dilma Rousseff promete reforma política e combate à corrupção

(Câmara Notícias, 26/10/2014) O PT vai comandar o Brasil por mais quatro anos. Em eleição disputada, a presidente Dilma Rousseff foi reeleita com 51,6% dos votos válidos, derrotando o senador Aécio Neves, do PSDB. O vice-presidente reeleito é Michel Temer, do PMDB. A eleição matemática da presidente só foi definida depois de apurados 98% dos votos às 20h27.

Leia mais: [Discurso da vitória tem apelo por diálogo e promessa de reforma política \(BBC, 27/10/2014\)](#)

[Confira as principais propostas da presidente reeleita \(Câmara Notícias, 26/10/2014\)](#)

["Fizemos muito, faremos muito mais", diz Dilma Rousseff \(Folha de S. Paulo, 26/10/2014\)](#)

Com a vitória de Dilma, o PT se consolida como o partido que ficou mais tempo no poder desde a redemocratização. Com o novo mandato de Dilma, serão 16 anos à frente do Palácio do Planalto.

Aécio Neves teve 48,4% dos votos válidos. O resultado nos estados repete a divisão já consagrada no primeiro turno. Aécio manteve a liderança dos votos no Sudeste, Sul e Centro-Oeste, enquanto Dilma teve vitória expressiva no Norte e no Nordeste. A abstenção registrada foi de 21%, enquanto brancos e nulos somaram 6%.

Na comparação com o desempenho do primeiro turno, a presidente Dilma obteve mais votos em todas as regiões brasileiras, mesmo naquelas em que Aécio Neves ganhou. O Nordeste deu mais votos à presidente reeleita: ela teve cerca de 72,7% dos votos da região.

O eleitorado maranhense foi o que deu mais apoio à reeleição de Dilma no segundo turno. Ela obteve 78,76% dos votos do estado. No primeiro turno, foi o Piauí que deu mais votos à Dilma. Já Aécio foi novamente o preferido de Santa Catarina, que deu ao tucano 64,59% dos votos nesse segundo turno.

Os votos de Marina Silva foram divididos entre os dois candidatos. Em Pernambuco, onde a ambientalista ganhou no primeiro turno e Aécio teve apenas 5,92% dos votos, a presidente Dilma teve a preferência com 70,20%, mas o tucano ganhou 29,80% do eleitorado. No Acre, que também preferiu Marina, foi o tucano quem levou a melhor - Aécio teve 63,68% e Dilma 36,32%.

Reformas

No discurso feito após a divulgação de sua vitória, Dilma Rousseff prometeu tocar reformas e mudanças no País. Ela deu destaque à reforma política, retomando a proposta de um plebiscito para consultar a população sobre os pontos que deverão ser alterados. Esse plebiscito foi proposto por Dilma em junho do ano passado, como resposta às manifestações populares. O PT chegou a apresentar um projeto (PDC 1258/13) convocando o plebiscito com cinco pontos, mas o texto não avançou na Câmara dos Deputados.

“Entre as reformas, a primeira e mais importante deve ser a reforma política.

Meu compromisso é deflagrar essa reforma, que é responsabilidade constitucional do Congresso e deve mobilizar a sociedade por meio de um plebiscito”, disse.

A presidente eleita também se comprometeu com o combate à corrupção. “Com o fortalecimento de instituições de controle e propondo mudanças na legislação para acabar com a impunidade, que é a protetora da corrupção”, disse.

Na economia, Dilma disse que vai fazer mudanças para a retomada do crescimento, combaterá “com rigor” a inflação e avançará no terreno da responsabilidade fiscal. Para isso, ela pediu a participação dos setores econômicos. “Quero parceria de todos os segmentos e setores produtivos e financeiros nessa tarefa, que é responsabilidade de cada um”, disse.

União

Diante de um resultado tão apertado nas urnas, tanto Dilma quanto o candidato derrotado Aécio Neves pediram a união do País. O tucano disse que conversou com Dilma Rousseff depois da confirmação do resultado e disse a ela que considera “prioridade” unir o País em torno de um “projeto honrado”. Já Dilma enfatizou várias vezes no seu discurso que vai optar pelo diálogo e superar as divergências eleitorais. Ela disse não acreditar que o País saíra das urnas rachado.

“Não acredito sinceramente que essas eleições tenham dividido o País ao meio. Entendo, sim, que elas mobilizaram ideias e emoções às vezes contraditórias, mas movidas por um sentimento comum: a busca de um futuro melhor para o País”, disse.

Para Dilma, o “calor” liberado durante essa disputa acirrada deve ser usado como “energia construtiva” de um novo momento no Brasil. “Com a força desse sentimento mobilizador, é possível encontrar pontos em comum e construir com ele a base de entendimento para fazermos o Brasil avançar”, afirmou.

Carol Siqueira

Acesse no site de origem: [Reeleita, Dilma Rousseff promete reforma política e combate à corrupção \(Câmara Notícias, 26/10/2014\)](#)

“Mulheres terão papel decisivo nestas eleições”, diz Fátima Pacheco

(CBN, 25/10/2014) Segundo Fátima Pacheco Jordão, socióloga e especialista em pesquisa de opinião do Instituto Patrícia Galvão, elas são a maioria entre os indecisos, já que costumam analisar mais antes de escolher. Mulheres costumam também ser mais reflexivas.

Ouçã a matéria abaixo:

Acesse no site de origem: [“Mulheres terão papel decisivo nestas eleições”, diz Fátima Pacheco \(CBN, 25/10/2014\)](#)